

04 JUN 2008

Ficam só os terrenos legais

Larissa Leite

Dos 1.800 terrenos de igrejas previstos para serem regularizados pelo Projeto de Lei Complementar (PLC) 65/2008, em tramitação na Câmara Legislativa, apenas 400 deverão ser legalizados. Após as denúncias de que a proposta beneficiaria terrenos irregulares e a constatação das falhas pela Terracap, o PLC vai ser retirado da Casa pelo governador José Roberto Arruda e será substituído ainda hoje por um outro, que traz apenas os lotes com condições de fazerem parte do processo. A garantia é do deputado Leonardo Prudente (DEM), líder do governo na Câmara.

A nova lista contém apenas os terrenos de igrejas que podem ser regularizados, segundo avaliação da Terracap. Nos outros 1.400, foram encontradas irregularidades pelos técnicos da Diretoria de Comercialização da empresa, que colocou uma equipe de 16 funcionários para checar as informações contidas no PLC. Os profissionais tiraram fotografias de todos os lotes, os mediu, entre outros procedimentos, o que resultou em um relatório de mais de 1.800 páginas.

"As principais irregularidades foram os terrenos com lotes vazios. Também tinha muito terreno em áreas comercial e residencial. Outros tinham uma construção muito pequena para uma área enorme", explicou o diretor de Comercialização da Terracap, Anselmo Leite.

Ao contrário dos irregulares, os 400 lotes que estão prontos para serem legalizados têm as

Memória/2008

- 26 de fevereiro: o PLC N° 65/2008, do Executivo, chegou à Câmara Legislativa. O projeto propunha a regularização de terrenos ocupados por igrejas ou entidades de assistência social. O projeto já veio com cerca de 1.200 indicações de terrenos para serem regularizados;
- 10 de abril: os parlamentares aprovaram o PLC, em forma de substitutivo, com algumas alterações como a facilitação da compra dos terrenos pelas igrejas. No mesmo dia, o 1º turno foi aprovado;
- 15 de abril: o 2º turno do PLC foi aprovado, com a inclusão de 545 emendas ao projeto inicial;
- 6 de maio: a votação do segundo turno foi anulada. Um dos motivos foi a inclusão de oito emendas após a votação em turno final.

seguintes características, segundo Leite: a maioria está em área destinada especificamente a fim religioso ou de atividade social e as igrejas estão construídas e em funcionamento regular.

■ Denúncias

O PLC chegou na Câmara no dia 26 de fevereiro último, com 50 páginas anexadas, indicando cerca de 1.200 terrenos para serem regularizados. Além desses, os parlamentares fizeram mais de 600 emendas, ampliando o número de igrejas a serem beneficiadas para aproximadamente 1.800.

O deputado Paulo Roriz (DEM), relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), não concedeu voto favorável à redação final do projeto, devido à quantidade de emendas apresentadas. Mesmo assim, os parlamentares apro-

varam o projeto em 1º e 2º turno. Para virar lei, faltava apenas a sanção do governador. Mesmo assim, Paulo Roriz enviou o PLC para análise da Terracap, que acabou confirmando os indícios de irregularidades em alguns lotes.

Os cerca de 1.400 terrenos de igrejas que foram excluídos do projeto de regularização agora serão avaliados caso a caso pela Terracap. A empresa decidirá quais deles poderão, no futuro, em um segundo projeto de lei complementar, fazer parte de uma lista de terrenos a serem regularizados.

■ Divergências parlamentares

A decisão do Executivo de retirar o PLC 65/2008 da Câmara Legislativa foi anunciada aos deputados distritais ontem à noite. E provocou divergências entre os presentes.

Para os governistas, a notícia foi acertada. "Foi a melhor decisão que poderia ter sido tomada, já que os dois lados (Executivo e Legislativo) cometeram erros", afirmou o deputado Paulo Roriz, referindo-se ao fato de tanto o Governo quanto os distritais terem listado terrenos irregulares para serem legalizados no pacote do projeto.

A bancada petista mostrou-se indignada com o episódio. "Eu defendia a divisão entre esses terrenos (em situação irregular) desde o início dessa discussão. Era óbvio que os terrenos que estão em situação legal deviam ser regularizados no primeiro momento", afirma Cabo Patrício, líder do PT na Câmara.

De acordo com o deputado, o Executivo não deveria ter esperado tanto tempo para ter agido. "O governo não pode agora parecer 'bonzinho' com essa atitude. Agora todo o processo será retardado, depois dos deputados e dos líderes religiosos terem se desgastado", completou. A deputada Érika Kokay, também petista, frisou que todos os parlamentares deverão ter acesso claro aos novos terrenos indicados pelo governo. "Depois desse desgaste, o acesso a esses novos terrenos deve ser urgente", defendeu.

Para os deputados Rôney Nemer (PMDB) e Raad Masoud (DEM), a discussão sobre o projeto de lei não poderia terminar injustificando alguns deputados. "Essa discussão não pode terminar assim. É preciso que se aponte os autores dos projetos irregulares. Se eu não apresentei nenhum, não posso levar essa fama", disse.